



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: ARSELINO TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 22-05-12

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Tumulto

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Está aberta a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. Encaminhamos um ofício aos Srs. Nelson de Almeida Prado Costa, Secretário Municipal de Governo, e Rubens Chammas, Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, para comparecer aos nossos trabalhos. O Sr. Rubens Chammas informou-nos a impossibilidade de comparecer aqui por ter assumidos compromissos anteriormente, e indica para representá-lo a Sra. Dolores Maria dos Santos, sua Assessora. Pergunto se a representante do Sr. Secretário já se encontra. Se estiver, em plenário, peço que tome assento à mesa. Representando a Sempla, estão presentes as Sras. Helena Amano e Zilda Petrucci. Sejam bem vindas, obrigado pela presença e podem tomar assento na mesa.

Anuncio a presença dos Vereadores Claudio Fonseca, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo e Floriano Pesaro, substituindo o Vereador Adolfo Quintas na Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. Há mais algum representante do Governo? (Pausa) Anuncio a presença do Sr. Elvivo Moisés, Chefe de Gabinete do Vereador Eliseu Gabriel. Temos previsão de concluir os trabalhos até às 14h30, porque, em seguida, teremos de liberar o plenário para a realização da sessão ordinária. Solicito que as entidades façam suas inscrições. Priorizamos, primeiramente, as entidades e depois as pessoas inscritas. Primeiro, costumamos dar a palavra aos membros do Governo num prazo de cinco a dez minutos.

Tem a palavra a Sra. Dolores Maria dos Santos, representando o Governo, para explicar o projeto. Trata-se da audiência pública ao projeto de lei 155/12, do Executivo, que dispõe sobre a revisão geral e anual da remuneração dos servidores públicos municipais.

A SRA. DOLORES MARIA DOS SANTOS – Sr. Presidente e representantes dos servidores, vejo aqui vários sindicatos e servidores municipais. Estamos aqui representando a Secretaria Municipal de Planejamento para participarmos dessa audiência pública. Vamos

fazer a demonstração de alguns números. O Governo mandou dois projetos de lei, 001(?) da data-base do mês de maio, uma das remunerações que estão sendo feitas no ano de 2011 e 2012. Vamos nos lembrar do que foi feito e foi concedido no ano passado e nesse ano para o funcionalismo. Vamos fazer uma demonstração com números. Fizemos um resumo dos percentuais que repercutem em cada carreira ou grupo das revalorizações feitas de 2005 a 2012. Começamos com o PCCS do nível básico para o pessoal Agente de Apoio. Houve uma valorização média de 54,31%.

- Tumulto e vaias na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) - Por favor. Vamos combinar uma coisa normal, enquanto uma pessoa fala deve ser respeitada. Ao final da fala, podem aplaudir e vaiar. Durante a fala, não. Senão a gente não vai se entender.

Se não tivermos esse entendimento, não dará para realizar a audiência pública.

Obrigado.

A SRA. DOLORES MARIA DOS SANTOS - Vou tentar falar.

Tivemos um IPC, nesse período, de 38,61%, de 2005 até agora. Quando comparamos com os valores concedidos, temos uma média de 15,70% na atividade, para os servidores da ativa, e 2,49% é a média dos inativos e eles não têm crescimento real.

Não têm crescimento real quem aposentou até o ano de 2011; para aqueles que vão se aposentar a partir de 2011, passam a ter essa média de crescimento.

Se vocês se lembram, ao nível básico e ao médio não foi concedida a GA, para quem já estava aposentado. Mas para quem se aposentou ou se aposentará a partir de 2011, terá uma média de crescimento dessa ordem.

No nível médio são esses números, que consideram somente o padrão, a GA e para o final ou qualquer momento da carreira, o quinquênio e a sexta parte. Nesses valores os cálculos estão feitos com essas informações.

O PCCS do nível médio teve média de revalorização de 49,6%, o que significou

uma diferença do IPC de 10,45%.

O PCCS do nível superior, contador, administrador, economista, estatístico, engenheiro, arquiteto, tecnólogo, assistente social, pedagogo, técnico de educação física e bibliotecário, tiveram uma revalorização com os planos de carreira e mais a GDA que dá em torno de 88,22%.

- Manifestação da plateia.

A SRA. DOLORES MARIA DOS SANTOS - São números reais.

Deixa-me explicar: a fonte dessas informações é a folha de pagamento. Dados passíveis de serem facilmente aferidos.

O que dá uma diferença para o IPC do período de 49,61%.

O apoio à educação, o agente escolar, auxiliar técnico de educação tiveram em média valorização de 122.01%, o que dá uma média de crescimento em torno de 83%.

O magistério, professor de educação infantil, ensino fundamental I e II e ensino médio, tiveram uma valorização em torno de 84,55%, com crescimento além do IPC de 45,94%.

O gestor de educação, o supervisor escolar, coordenador pedagógico, foi de 88,21%, com uma média de crescimento em torno de 49,60%.

O nível médio da saúde, técnico em farmácia, radiologia, nutrição, prótese dentária e enfermagem, tiveram um crescimento médio com o PPD, a carreira, de 94,99% e um crescimento além do IPC de 53,38%.

O superior da saúde, cirurgião dentista, médico veterinário, psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, nutricionista e enfermeiro tiveram, em média, um aumento de 92,22% também com os mesmos insumos: carreira e PPD. O que dá, além do IPC 93,93%. Atividade artística é o que mais foi valorizado, corpo estável: bailarino, coreógrafo, cantor de coral, professor de orquestra, dança, arte e quarteto de cordas. Teve uma valorização média de 100% e um crescimento em torno de 62,0%. Na inatividade os

valores em hora são maiores, outras horas são menores. Então você vai ver aqui no quadro de atividade artística, o maior crescimento para os inativos foi com a atividade artística do corpo estável que dá em torno de 246%. E com menor fica no PCCS básico médio para aqueles que se aposentaram até 2011. Não para os que vão se aposentar daqui para frente, porque esses vão carregar esses valores de valorização na sua aposentadoria porque vão levar a gratificação pela média. Nas atividades artísticas, uma parte técnica para carpinteiro, técnico em máquina, palco, arquivista musical, massagista de balé, tivemos uma média de crescimento de 139,28% com um crescimento, além do IPC de 100%. Na natividade você vai ver 175% e 137. Não vamos falar de todos, mas vocês podem dar uma olhadinha no quadro.

Guarda Civil, tivemos um aumento médio de 45%, acima da média e IPC 7,95%. Inspetoria e Guarda Civil Metropolitana, classe I,II e III, e classe extinta tiveram também 45, 7,95%. Procurador, 49,9% como crescimento real de 10. Auditor Fiscal, 145 com aumento médio de 106, Agente Vistor, 70,70% com aumento médio, além do IPC de 32,9%. Nesses valores foi considerado a somatória dos vencimentos inicial e do final da carreira. Foram considerados os meses de janeiro de 2005 e janeiro de 2012. Na somatória dos vencimentos foram considerados padrão, os adicionais por tempo de serviço e as demais gratificações inerentes a cada cargo. Por exemplo, na saúde tivemos o PPD, enfim, em cada grupo tem sua gratificação específica. E foram considerados todos os reajustes, revalorizações, carreiras, reconfigurações de carreiras, e as gratificações de produtividade e desempenho que concedidas a partir de 2005. A quantidade de servidores que levamos em conta para fazer essa conta foi os servidores optantes pelas carreiras, servidores não habitantes não estão incluídos nessa conta. E a inflação desse período, como já disse, é de 38,61%.

Isso foi uma retrospectiva para ter um noção do crescimento de cada grupo de 2005 até agora e a repercussão. Estamos falando de valores médios. Tem gente que teve mais que isso e teve gente que teve menos que isso. Mas na média esses são os valores encontrados. Esses valores são recheados de folha de pagamento, portanto são valores reais.

São essas as fontes.

Agora neste momento o governo mandou para a Câmara Municipal de São Paulo o projeto de lei para fazer o reajuste da data base no mês de maio. O Governo tem trabalhado com a política de valorizar carreiras e a produtividade. Na data base temos mandado com 001, desde 2004 tem sido essa prática de mandar o 001 na data base, mas o Governo não mandou só 001, revalorizou várias carreiras, criou várias gratificações, criou benefícios que contemplam vários segmentos.

Em 2011, o governo revalorizou em 10,19%, com uma parcela de um reajuste negociado de 37,5% dividido em três parcelas. A primeira parcela foi concedida no ano de 2011, um percentual de 10,19%. O PDE – Prêmio de Desempenho Educacional, de 2400, é concedido em uma única vez ao ano, em duas parcelas, com adiantamento no mês de junho e o pagamento do remanescente no mês de janeiro do ano subsequente. Fixou o piso salarial para os professores de 2600 reais, para gestores de 4460 reais e para o quadro de apoio de 1097. Junto com o 01, da educação no ano de 2011, foram concedidas essas valorizações. No ano de 2012 junto com 01, foi concedida a segunda parcela do 10 e 19, que a segunda da terceira parcela dos 37 reais. O PDE fez uma antecipação, agora fizemos uma recente negociação cujos projetos de lei ainda não estão aqui na Câmara Municipal de São Paulo, mas já deve estar vindo a proposta do governo apresentada e discutida com os sindicatos, uma antecipação da parcela de 900 reais, a criação de mais duas referências para o quadro do magistério. A revisão da remuneração de ATE, que é secretário de escola, abono para os ocupantes em cargo de comissão. Esse conjunto de medidas já foi discutido, deve estar próximo vindo para a Câmara Municipal de São Paulo, tenho de ressaltar que estamos ainda em negociação com as categorias. Fechou por enquanto a da educação, mas deve vir outras, não está encerrada ainda essa negociação de 2012. A saúde foi concedida, foi regulamentada o prêmio da Saúde que chama PPD.

Houve uma revalorização para o segmento de Odontologia de 30 para 100% em

2011 e o pagamento do prêmio do PPD retidos de 20% foi concedido com antecipação em 2011, além do 0,01.

Em 2012, além do 0,01, a Saúde teve uma revalorização de 11,23% do QPS a partir do mês de janeiro de 2012 e a revalorização do PPD de 30 para 60% do nível universitário do QPS. Então, além do 0,01, a Saúde teve 11,23% e passou de 30 para 60% o PPD, que é a Gratificação de Produtividade e Desempenho da Saúde.

A Autarquia Hospitalar teve também regulamentado o seu PPD e o seu recebimento integral e a instituição do plano de carreira de casos, carreiras e salários. Ela já havia recebido uma valorização do plano em 2009 e criada a carreira. A carreira é o que assegura e dá perspectiva para os servidores de crescimento.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. DOLORES MARIA DOS SANTOS - E mais o 0,01.

- Manifestações simultâneas.

A SRA. DOLORES MARIA DOS SANTOS - Em 2012...

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Silêncio, por favor.

A SRA. DOLORES MARIA DOS SANTOS – Autarquia Hospitalar. Houve, então, já falei, no HSPM a readequação da tabela salarial de um quadrimestre que não haviam recebido em 2011. Em 2012, a revalorização da carreira em 11,23%.

Os níveis básico e médio receberam, em 2011, a gratificação de atividade e 50% sobre o padrão e a GA, em 2012, para complementar até os 70% dessa gratificação, que é a sua totalidade.

No nível superior, em 2011, há que se dizer que o nível superior reteve a valorização de todas essas carreiras a partir de 2007. Além da valorização das carreiras nesses anos anteriores foram criadas as Gratificações de Produtividade e Desempenho. Então, tivemos GDAs para todos os segmentos do nível superior. Todos foram abrangidos e ela

representou 70% sobre o padrão inicial da carreira, isso em 2011.

Em 2012, tivemos a revisão do enquadramento do Assistente Técnico 1, a transferência dos cargos de Diretor de creche para o nível superior e o novo PCCS do Auditor Fiscal do Município.

Em 2011, a GCM teve revalorização da sua carreira em torno de 29% que em duas parcelas dão: em 2011, 9,88% e a segunda parcela agora em 2012, a partir do mês de maio, de 9,88%.

Em 2011, além da valorização da carreira, houve a instituição de gratificações com a motorista; a criação de função gratificada; a isenção da gratificação de trabalho técnico; a instituição da gratificação de exercícios para regiões estratégicas; instituição do Prêmio de Desempenho de Segurança Urbana, que pode ser concedido se houver disponibilidade financeira.

Para o Iprem e o serviço funerário houve a extensão, em 2011, das GDAs, das GAs em 50% e agora, em 2012, o complemento para 70%.

Na atividade artística houve uma reestruturação do quadro agora em 2011. Em 2011, também houve a revalorização do piso mínimo para o servidor, que antes o piso era um, o salário mínimo, e ele foi valorizado, no ano passado, para 630 reais.

Agora, além dos planos de carreira, que não descrevemos aqui, tivemos também a criação do Vale Alimentação e temos dois benefícios importantes, que são Auxílio Refeição e o Vale Alimentação. Cada um tem o valor que os senhores podem ver, que não estão considerados nesses valores que demonstramos aqui. Esses valores têm um significado particularmente relevante para aquelas categorias que têm o salário um pouco menor.

- Manifestações.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Muito obrigado, Sra. Dolores.

Passarei a palavra aos inscritos.

Anuncio a presença dos nobres Vereadores Eliseu Gabriel e Quito Formiga.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Quito Formiga.

O SR. QUITO FORMIGA – Sr. Presidente, cheguei um pouco atrasado para esta audiência pública e estou vendo V.Exa. colocar que dará a fala para os inscritos. Nós, Vereadores, não poderíamos fazer uma colocação também?

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Claro, os Srs. Vereadores falarão também, mas vamos ouvir algumas pessoas das entidades.

Tem a palavra a Sra. Irene Batista, do Sindsep.

A SRA. IRENE BATISTA – Boa tarde a todas e a todos. Mais uma vez estamos aqui.

Em nome do Sindsep, agradeço o nobre Vereador Arselino Tatto, porque estivemos no gabinete, mais uma vez, pedindo uma intervenção no sentido de garantir esta audiência pública com a participação da categoria dos trabalhadores, para discutirmos algo de fundamental importância: a questão salarial.

Como o tempo é curto e temos de nos ater com aquilo que mexe conosco, devo dizer que, neste momento, o que está mexendo com a gente é o nosso bolso. Toda essa explanação que foi feita, não a senti em meu bolso! E acredito que ninguém aqui tenha sentido no bolso! (Aplausos)

Então, estamos cumprindo o nosso papel de mostrar a indignação do “enrolation” deste Governo; a indignação de como os trabalhadores públicos têm sido tratados na maior Cidade da América Latina, uma das maiores do mundo, em uma Cidade de grande importância, mas que tem o servidor público desvalorizado.

Foi colocado aqui sobre os planos de carreira, de valorização, isso não é nada mais que a obrigação do Governo! (Aplausos) O trabalhador que desempenha suas funções, que cumpre a sua jornada tem de ser valorizado. Agora, a nossa legislação - que não é boa, que é muito ruim, por sinal – diz que temos de ter, no mínimo, a reposição de nossas perdas salariais no período da inflação. (Aplausos)

E não temos tido isso há 8 anos, ou mais. E, aí, essa tal valorização, por parte dos planos de carreira, é considerado como reajuste salarial! Valorização não é reajuste. Valorização, por meio de plano de carreira, é a valorização do desempenho daquele trabalhador.

Reajuste salarial é para o conjunto dos trabalhadores. Por isso temos um número enorme de trabalhadores, com tempo para aposentar e não aposentam, porque essa valorização através das gratificações não incide na aposentadoria. O sindicato tem de fazer alguma coisa para que a gente não perca na hora da aposentadoria ou de uma licença médica, porque quando o trabalhador adoece ou se aposenta, quando mais precisa, ele perde a gratificação.

Tenho certeza que os companheiros que vão me suceder na fala vão complementar tudo o que falamos. Queremos reajuste salarial, reposição de perdas, aumento real, porque esta Cidade tem condições de dar aumento real para os trabalhadores públicos do Município. Queremos isso e vamos continuar a luta.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra o Sr. João Batista Gomes, do Sindsep.

O SR. JOÃO BATISTA GOMES – Pessoal, só faltou, na exposição da Dolores, apresentar quanto foi o reajuste dos secretários e do Prefeito. Talvez foi uma opção dela não apresentar. Mas o que viemos discutir aqui, Dolores, é o PL 155/2012. Não viemos discutir os planos de carreira de 2004 e 2005. Viemos discutir que na Prefeitura de São Paulo os servidores estão tendo reajuste de 0,01%, desde que foi criada a maldita lei salarial do Governo Maluf, e que vem sendo mantida até hoje. É isso que estamos discutindo. E os números apresentados são falsos, porque todos nós conhecemos quem incorporou gratificação daqui, tirou dali e é evidente que os números são apresentados do jeito que querem.

A questão é a seguinte: por que os servidores públicos, agentes de apoio são

condenados a ter um piso salarial de R\$ 440,00? Por quê? Por que os trabalhadores da autarquia hospitalar não tem o direito de ter a GA como os agentes de apoio e AGTPs da Prefeitura? Por que nossos companheiros aposentados não podem ter a GA como tem o pessoal da ativa? Por que nossos companheiros admitidos, estáveis e não estáveis, não têm o direito de ser valorizados? É isso que estamos discutindo.

E o 0,01% é uma falácia, se lermos o documento que trata desse reajuste, diz assim: de acordo com o artigo 37 da Constituição Federal para dar reajuste anual de salário. Isso é uma falácia e não estou falando só desse Governo, mas dos anteriores também. Este Governo teria a chance de corrigir uma injustiça que vem perdurando há anos e não adianta dizer que os outros governos não deram. É verdade, mas quem vai acabar com essa lógica perversa. É isso que queremos saber e discutir.

A Dolores falou que está negociando com as entidades, mas na última reunião do Sindsep com a Dolores, que foi no dia 19 de abril, ela disse que não era possível responder a nossa pauta que foi entregue no dia 20 de janeiro, porque ela estava tratando das questões da Educação. É justo, mas a questão é que nos reunimos no dia 19 de abril e o Governo nem se dignou a dizer que tinha mandado esse famigerado projeto para a Câmara Municipal. As entidades tiveram a surpresa pelo *Diário Oficial*.

O Sindsep é muito claro, nós protocolamos um documento entregue aos Vereadores. Esse projeto não dá. Propomos que a Comissão de Constituição e Justiça faça uma alteração, que se reponham as perdas salariais de 2011 e 2012 para começar. Isso é o mínimo, porque 0,01% quem merecia era o Kassab e os secretários, não a gente.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra a Sra. Margarida Prado Genofre.

A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE – Boa tarde. Srs. Vereadores; representantes da Administração Municipal, pessoas que respeito; colegas; sindicalistas e

servidores, o que estamos discutindo hoje não é meramente uma proposta de reajuste. O que estamos discutindo é muito mais do que isso, é toda uma política de gestão de recursos humanos.

Essa política vem sendo aplicada por vários governos, desde a gestão Marta Suplicy, esse 0,01%. São inventadas gratificações, bônus, abonos, prêmios, tudo isso como forma de burlar a própria Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município, artigo 89 da Lei Orgânica e artigo 92. O artigo 89 diz que o servidor tem de ser valorizado e o 92 diz que seu salário tem de ser digno para que possa sustentar sua família, ter condições de saúde, alimentação, habitação, transporte e lazer. Não dá. O que estamos vendo são políticas que além de desestimular a própria progressão na carreira, porque são abonos e gratificações que não atingem a todos, também deixam o servidor desestimulado, porque quem progrediu ou não, com essas gratificações e abonos, ganha a mesma coisa.

Quem já está aposentado não recebe nada. Então o que estamos pedindo para os Srs. Vereadores é que rejeitem essa proposta do jeito que está. Essa é uma proposta para dois anos seguidos com reajuste de 0,01%. Sabemos que existem as restrições da lei eleitoral, mas por que isso não foi apresentado no ano passado? Por que essa Administração vai fazer questão de encerrar a sua gestão apresentando essa vergonha novamente?

Para ter uma ideia, o gasto com despesa de pessoal, em 2005, foi de 38.12%, e em 2011, passou para 32.39% das receitas correntes. E estas mesmas receitas correntes passaram no mesmo ano, 2005, de cerca de 14 bilhões para aproximados 30 bilhões. Então o que justifica todo aquele quadro que a Dolores trouxe? São dados da Prefeitura, mas que para nós não representam valorização.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra a Sra. Ana Rosa Garcia da Costa, da Fetam.

A SRA. ANA ROSA GARCIA DA COSTA - Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento a Mesa na figura do Vereador Arselino Tatto, de longas lutas. Infelizmente, Dolores, tenho de vir aqui e dizer que me senti vilipendiada pela sua fala. Por quê? Porque não é isso o que meu holerite diz; não é isso o que diz o gerente do meu banco, que até me perguntou por que diminuí e esgotei a minha poupança quando tive um problema de saúde. Isso porque o pouco que eu tinha depositado usei para me socorrer, pois meu salário não é suficiente. O que vejo aumentar - me perdoem – é o IPTU. O que pago de IPTU está mais caro, e vejam que moro em Cidade Ademar! Não moro na Avenida Paulista. Morei na Paulista, mas agora estou na Cidade Ademar, e sabe Deus onde estarei amanhã ou depois, porque me aposentei devido à doença. Tenho 35 anos de trabalho, mas tenho vergonha do meu holerite quando vou para o interior – porque sou da Federação dos Trabalhadores Municipais do Estado de São Paulo, Fetam. O pessoal que trabalha no interior, Diadema, em São Bernardo, em Limeira, e mesmo os que trabalham para Prefeituras que não ligadas ao PT estão recebendo melhor do que nós. Aqui, numa cidade que arrecada mais do que o Estado de São Paulo inteiro, estamos ganhando um salário de miséria. Isso é um absurdo.

Quero que pelo menos meu salário seja reajustado na base do IPTU, na base do ISS, o que, infelizmente, não é feito. Que seja reajustado na base do ITBI! Porque, além de, no fim da vida, você comprar um apartamentozinho ou um barraco qualquer, ainda vai pagar na transferência desse imóvel um ITBI caríssimo, como se morasse em mansão no Morumbi. E esse dinheiro vai para quem? Para nós, com certeza, é que não vai.

Meu imposto de renda diminui. Como pode?

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. ANA ROSA GARCIA DA COSTA – A maioria nem declara o imposto de renda, e quem declara teve redução do imposto justamente porque a renda diminuiu.

Quero dizer que na minha terra, na minha vivência isso é “troco de bala”, companheira; 0,01% é troco de bala, e bala vagabunda, não bala da Nestlé!

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. ANA ROSA GARCIA DA COSTA – Eu gostaria que o meu trabalho fosse revalorizado, e não se trata de revalorização o cumprimento da lei do salário mínimo. Dizer que esse reajuste é revalorização, porque o salário mínimo cresceu... Isso é legal! Isso é obrigação do Prefeito! O Prefeito, mais do que ninguém, tem de cumprir a lei. Ou a lei só existe para nós, para pagarmos IPTU? Porque executar, ele executa!

- Palmas no recinto.

A SRA. ANA ROSA GARCIA DA COSTA – Em nome da Fetam, quero reafirmar que São Paulo está passando vergonha perante todos os municípios do Estado de São Paulo, até os mais pobres. Servidores de nível universitário de Buritama, de Presidente Prudente e de outras cidades dos confins da região de Araçatuba ganham mais do que os da cidade de São Paulo, da mesma forma como os trabalhadores de nível médio e básico; só que o custo de vida dessas cidades é menor que o de São Paulo. Isso é uma vergonha. Graças a Deus, esse homem não se elegerá mais, e vamos ver quem colocaremos no seu lugar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Anuncio a presença da Vereadora Sandra Tadeu, também membro da Comissão de Constituição e Justiça.

Perdoem-me, mas teremos de encerrar as inscrições, pois já há muitos inscritos e o tempo é exíguo. No entanto, todas as entidades estão contempladas nessas inscrições.

Tem a palavra a Sra. Junéia Batista, da Central Única dos Trabalhadores. (Pausa)
Não está presente. Tem a palavra a Sra. Isabel Aparecida Nascimento, do Sedin.

A SRA. ISABEL APARECIDA NASCIMENTO – Boa tarde a todos companheiros. Cumprimento, na pessoa do Presidente Arselino Tatto, os componentes da Mesa.

Falarei pela Educação. É muito bonito o que o governo está mostrando. Se vocês lerem o *Diário Oficial* de hoje, verão que está publicada a tabela do pessoal da educação. Muitos funcionários da educação não tiveram reajuste nenhum, somente o 0,01% de aumento. Eles colocam as gratificações no início, não para o final. Não tivemos aumento nenhum. Quem é antigo na educação não tem aumento, não tem reajuste de salário. A política desse governo,

de gratificações, de juntar as gratificações e considerar como remuneração, é perversa. É perversa porque aqueles que estão acima do piso não têm reajuste salarial, ficam com 0,01%. Hoje o Prefeito fez publicar o percentual de 10,19% da educação, que é anterior, pois neste ano não houve reajuste algum, e até o momento, pelo que sei, não chegou nada nesta Casa. A negociação com a educação não resultou em reajuste. Haverá duas progressões na carreira, mas no final dela. Quem está presente hoje não teve reajuste algum.

Seria muito correto se o governo aplicasse todas essas gratificações no nosso salário lá em cima. Já foi dito aqui que quando o funcionário adoece perde gratificação. Isso para os que têm gratificação, porque muitos não têm. Então, peço aos nobres Vereadores que prestem atenção na política de gratificação salarial mantida por esse governo; que não aceitem, quando vem a esta Casa, projetos dessa natureza. Peço que procurem fazer um estudo e atentar para a base salarial da categoria. E peço que abram o *Diário Oficial* de hoje, pois há uma publicação, mas não consta aquele piso mínimo de 2.600 reais para os professores. Para o professor de educação infantil, para esse foi garantido. Mas e o professor que está em JEI, em jornada de 40 horas?

O que eu queria deixar registrado é que temos de acordar e dizer “não” às gratificações. Queremos aumento real no salário. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra a Sra. Claudete Alves, ex-Vereadora da Casa e representante do Vereador Donato.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Boa tarde, companheiros e companheiras. Boa tarde, componentes da Mesa.

Farei uma reflexão, e ao pessoal que quiser vaiar, peço que o faça no final. Antes, porém, lerei para a Sra. Dolores algo que coloquei na última reunião da Mesa Setorial de Negociação. Quando eu disse que havia funcionário público municipal ganhando menos do que um salário mínimo, fui desmentida e, infelizmente, também ridicularizada por algumas pessoas presentes à Mesa Setorial.

Trago a vocês o holerite de uma servidora que representa milhares de servidores admitidos, mas que, por conta da legislação, deveria ter todos os direitos. É uma vergonha que a maior e mais rica cidade da América Latina pague, Vereadora Sandra Tadeu, menos que um salário mínimo. Está aqui em minhas mãos, passarei aos senhores. Mesmo assim, fui desmentida. (Palmas)

A servidora dona do holerite me autorizou a citar seu nome. Ela é a Sra. Maria Helena de Oliveira, Agente de Apoio Nível I, filiada ao Sedin e ao Sindsep, companheira que está na rede há 27 anos. Peço ao Presidente desta sessão somente um minuto para ler e tirei cópia para passar para todos os Srs. Vereadores. Padrão de salário admitido/contratado por 31 dias – pasmem, senhores -: 440,39 reais. E fui chamada de mentirosa! Está aqui, peço à TV Câmara que focalize. Passarei para os senhores. Ainda no mesmo holerite não há nenhuma gratificação, Srs. Vereadores, embora tenha sido dito na Mesa Setorial que eu estava querendo exigir a transformação dos agentes e apoio em agentes escolares como forma de prejudicá-los. Isso é outro debate e quem acompanha essa história sabe que nós tínhamos garantido aqui e pediram para tirar. Mas, enfim, isso é outra história.

Não tem gratificação. O que tem, e por isso eles se arvoram dizendo que paga mais que o salário mínimo, é o vale alimentação, um auxílio refeição, o quinquênio e a sexta parte, a que todo mundo tem direito. Portanto, oficialmente, vou entregar nas mãos da representante do Secretário, Sra. Dolores.

Centenas de servidores estão ganhando abaixo do salário mínimo. Qual é a provocação? Não é o Kassab o responsável por dar ou não aumento a nós servidores municipais? Já estives nesta Casa e sei que o Prefeito não muda uma vírgula sem anuência dos Vereadores.

- Aplausos no recinto.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Para terminar, nós precisamos de 28 votos, senhores, e sei que os companheiros vão ser sensíveis, porque é uma vergonha.

O Prefeito vai pagar o que esta Casa aprovar. Para o PL 155, é necessário um substitutivo. Agora, que é só através de emenda, é mentira. Há uma forma de obrigar o Prefeito a pagar os 15% para todo o funcionalismo: fazer constar da ementa os 15%, porque assim não podem vetar, e eles sabem do que estou falando.

Vamos, então, garantir 15% para todo funcionalismo.

- Aplausos no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Obrigado, Claudete.

Tem a palavra a Sra. Lourdes Estevão, do Conselho Municipal de Saúde.

A SRA. LOURDES ESTEVÃO – Boa tarde a todos. Cumprimento todos os membros da Mesa na figura do Vereador Arselino Tatto, que nos possibilitou, por meio do Sindsep, esta audiência. Parabéns para nós, que estamos tendo coragem de sair da nossa toca e vir aqui dizer a esses Vereadores o que estamos vivendo.

A demonstração da Dolores foi muito bonita e muito bem feita, mas nós trabalhadores já expusemos a ela, nas negociações que tivemos desde o início do ano, que, na verdade, aquilo que ela coloca no quadro não representa o que vivemos no dia a dia.

Para uma cidade como São Paulo, a maior cidade da América Latina, 0,01%, é uma vergonha. Outros municípios deste Estado recebem muito mais que isso. Por exemplo, em Diadema, no ano passado, os servidores fizeram uma paralisação porque não quiseram aceitar os 10% que o Prefeito estava dando.

É uma falta de respeito com os trabalhadores que fazem funcionar a política pública desta cidade. Nenhuma política pública é realizada sem a mão dos trabalhadores. Temos consciência de que essa verba, que segundo a Dolores foi destinada à saúde, não foi para o servidor público; ela foi destinada exatamente às Organizações Sociais. Como trabalhadores, sabemos que quando o governo oferece 0,01% é porque ele quer sucatear, colocar os trabalhadores numa situação inclusive de demissão, exatamente para terceirizar a saúde, a educação, etc.

- Aplausos no recinto.

A SRA. LOURDES ESTEVÃO – Nós não podemos admitir isso. Acho que a nossa união, a nossa organização não tem que ficar somente nesta plenária. Se preciso for, temos que dizer para toda a sociedade que sem o funcionário público a Cidade para.

À luta, companheiros! À luta, companheiros!

- Aplausos no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Obrigada, Lourdes.

Tem a palavra o Sr. Luiz Rezende, do Sindsep.

O SR. LUIZ REZENDE – Boa tarde, pessoal. Eu entendi perfeitamente o que a Dolores nos apresentou. Eu entendi perfeitamente que aquelas tabelas foram mostradas por um motivo muito claro: não tinham que dizer sobre o PL 155; a representante do governo falou por quase 10 minutos e não se dignou a falar sobre o motivo desta audiência pública, ou seja, o projeto do 0,01%. Foi isso que eu entendi, Dolores.

- Aplausos no recinto.

O SR. LUIZ REZENDE – Eu também entendi que alguém está sendo feito de trouxa nessa história, porque, quando o servidor público vai receber o décimo terceiro, quando aposenta, quando tem licença médica...

- Manifestação no recinto.

O SR. LUIZ REZENDE – Gratificação não tem nada a ver com salário; ela pode ser retirada. Na hora de justificar o 0,01%, o governo apresenta as gratificações do último período para não dar aumento.

- Aplausos no recinto.

O SR. LUIZ REZENDE – Alguma coisa está errada.

- Manifestações no recinto.

O SR. LUIZ REZENDE – E o que está errado é a Administração Pública, ao invés de valorizar o servidor, que na Secretaria do Verde, Educação, Saúde, Subprefeituras,

SMARTS presta serviço de qualidade, querer humilhá-lo, pagando-lhe um salário menor do que o da menor cidade do Estado de São Paulo, e por um motivo muito claro: para todas as semanas serem publicadas dezenas de exonerações, que abrem espaço para as famigeradas Organizações Sociais, para as Parcerias Público Privadas, e assim o servidor público de São Paulo ficar desmoralizado.

Temos que discutir claramente com o governo o que significa apresentar progressão funcional, que é automática, como argumento para o 0,01%.

Vocês sabiam que no PL 155 simplesmente está dito que não é necessário calcular impacto financeiro para o 0,01%?

- Manifestações no recinto.

O SR. LUIZ REZENDE – Por um motivo muito claro: não é mesmo.

- Manifestações no recinto.

O SR. LUIZ REZENDE – Sou diretor do Sindsep, e o nosso sindicato, há muitos anos, tentou organizar uma campanha para protestar contra o 0,01%, que consistia no seguinte: cada servidor público compraria um pãozinho, uma baguete, que representaria o 0,01%. Chegamos à conclusão de que o 0,01% não dava para comprar um pãozinho.

- Manifestações no recinto.

O SR. LUIZ REZENDE – Não tenho bola de cristal, mas tinha certeza de que o Secretário Rubens Chammas e que os outros Secretários não compareceriam a esta audiência. Por que, afinal de contas, se dignarem a conversar com os servidores públicos se é justamente eles que estão sendo desmoralizados com o 0,01%? Eles, então, apresentam dados técnicos para justificar o que não é justificável.

Gratificação, que servidor admitido não recebe, que servidor das autarquias não recebem, que aposentado não recebe, não é salário.

Quero encerrar fazendo uma proposta a vocês. Como vocês, estou cansado de ficar na plenária vendo a maioria dos Vereadores desta Casa votar contra o servidor. Vamos

aproveitar que estamos aqui, agora para realizar uma votação simbólica. Tanto os colegas que estão ocupando as mesas como os lá de cima, que são contra o 0,01%, por favor, levantem as mãos.

- Manifestações no recinto.

O SR. LUIZ REZENDE – É isso, Vereadores. É isso, Dolores, responda sobre o 0,01%. Comece a respeitar o servidor público!

Muito obrigado. (Palmas)

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra o Engenheiro João D’Amaro.

O SR. JOÃO D’AMARO – Boa tarde. Endossamos plenamente a fala de todos que nos antecederam. Praticamente já disseram tudo o que nós queríamos dizer. Entretanto, acrescentarei em cima de tudo o que foi dito.

Extraí dados dos balancetes publicados no *Diário Oficial*. A receita corrente líquida em 2005: em torno de 14 bilhões; receita corrente prevista para o ano de 2012: em torno de 35 bilhões; reajuste de 2005 para cá: zero; despesas com terceirização em 2005: em torno de 433 mil; terceirização em 2011: 2,3 bilhões.

Essa política salarial do governo é, no mínimo, estranha. Aqui os senhores podem ver para onde está sendo dirigido o dinheiro que deveria ser dos servidores.

Os senhores acham que a manutenção de São Paulo está boa. Não? Por quê? Ocorre uma desvalorização, uma terceirização criminosa nesta Cidade, onde os serviços públicos estão deixando a desejar, e o contribuinte que está pagando por esse desmonte da máquina pública e a desvalorização do servidor em cada área. E falo pela minha categoria.

Hoje, a nossa categoria, de manutenção da Cidade, está entregue às traças pelo salário, pelas condições de trabalho, por essa política perversa salarial.

Srs. Vereadores, entre atender o Sr. Prefeito e atender a cidade de São Paulo, com

quem os senhores ficam? Porque valorizar servidor e melhorar o serviço público nesta Cidade é poupar o cidadão. Sou cidadão paulistano, nasci aqui, e quero esta Cidade cada vez melhor, com funcionários bem valorizados e serviços de qualidade.

Entre interesse do Sr. Prefeito, jogar dinheiro para a terceirização e não valorizar funcionário, com quem os senhores ficam? Para isso não tem negociação. Tem de fazer uma Comissão mista nesta Casa para estudar essa questão salarial, que está absurda.

Entrego uma carta da nossa associação, dizendo que o artigo 92 da Lei Orgânica do Município, em seu item 02, tem de ser atendido: “Será assegurada a proteção de remuneração ou qualquer título dos servidores públicos contra os efeitos inflacionários, inclusive com a correção monetário dos pagamentos em atraso”.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra a Sra. Maria de Lourdes, do Sindsep.

A SRA. MARIA DE LOURDES – Boa tarde a todos, a Mesa, Srs. Vereadores. O que o Sr. João D’Amaro falou procede: os que nos antecederam já falaram tudo o que nós queríamos falar.

Sou da saúde e vejo aquele índice, aquela tabela que a Sra. Dolores apresentou, da saúde nível médio, 94%.

Eu gostaria de dizer para a Sra. Dolores que esses 94% a gente queria no nosso holerite como salário, porque mostrar os índices é fácil. Mas o inicial de carreira da categoria do nível médio, que carrega o hospital nas costas, é de 505 reais, o que é uma vergonha. Eu gostaria também de dizer que esse PPD de 30% para o nível médio - que o Sr. Prefeito e os Srs. Vereadores aqui presentes votam e que dividem a categoria dos profissionais dos servidores públicos - é uma vergonha: de 60% para o nível universitário; o nível médio ficou com 30% de PPD - que é uma gratificação que ele só ganha se a sua unidade for valorizada. Se ele faltar por doença já terá desconto nesses 30%, do inicial de carreira, pois os 30% são

do inicial de carreira de cada categoria, assim como os 20% são do inicial de carreira, dos 440 de um agente de apoio, o que é uma vergonha.

Então, ele divide a categoria da Saúde: ele dá 60% do PPD para o nível universitário, mas manteve os 30% do PPD do nível médio, aqueles profissionais que carregam um hospital nas costas, que são desvalorizados assim como cada de vocês dentro de suas próprias categorias. É isso o que nós servidores temos de nos valorizar, é por isso que temos de lutar para a valorização dos nossos trabalhos, porque carregamos, e conduzimos, e ajudamos a salvar vidas; educamos para que este país tenha consciência e uma política de cultura melhor, de conhecimento, para que nem o Prefeito, nem os Srs. Vereadores, com o respeito a esta Casa, tenham a capacidade de votar 0,01% para uma categoria massacrada, destruída nesses últimos anos e, pior, nesta última gestão.

Muito obrigado, companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Sérgio Rocha, engenheiro da Afite (?).

O SR. SÉRGIO ROCHA - O meu boa-tarde, meu cumprimento ao Vereador Tatto - que, pelo que tive notícia, possibilitou a concretização desta audiência pública.

Não vou entrar nos detalhes, que já foram tratados aqui amplamente, de uma maneira brilhante, pelos que me antecederam. Quero fazer algumas reflexões sobre o fato de se colocar um projeto de reajuste salarial de uma categoria expressiva em termos de trabalho como o funcionalismo público de São Paulo, que garante ao Executivo o terceiro Orçamento da República. Então, não me venham dizer que não há dinheiro para a remuneração adequada do funcionário público.

- Aplausos na galeria.

O SR. SÉRGIO ROCHA - Além da remuneração adequada, é importante lembrar que o funcionário público trabalha em condições adversas; não existem condições adequadas para o exercício do seu trabalho; não existe investimento da Prefeitura sequer em equipamento, quanto mais em treinamento para melhor atender a população.

- Aplausos na galeria.

O SR. SÉRGIO ROCHA - Mas somos nós, mesmo com todas essas dificuldades, que ainda mantemos a cidade funcionando - com o nosso sacrifício inclusive - para que a população tenha aquele mínimo de que necessita - mínimo, às vezes, nem isso.

Minha reflexão é a seguinte: também queria lembrar aos componentes da Mesa, em especial aos Vereadores e Vereadoras da Comissão de Constituição e Justiça, que estamos presenciando, de alguns anos para cá, o sucateamento do servidor público, sucateamento dos serviços públicos como é feito com algumas organizações, que se sucateiam para depois serem apropriadas pela iniciativa privada. A privatização do serviço público é um crime contra o cidadão.

É importante lembrarmos também que esse sucateamento traz outras consequências. O sucateamento do serviço público leva mau serviço à população, ao cidadão, e representa o aviltamento de remuneração e o enfraquecimento o violento da credibilidade das nossas instituições. Estamos aqui defendendo as nossas instituições e não somente o nosso salário. A inexistência de instituições só interessa a golpistas. Digo isso porque sem elas não estaríamos aqui hoje. Lembro isso à Comissão de Constituição e Justiça.

Se estamos aqui, principalmente neste ano, cumprindo uma determinação constitucional, que todo poder emana do povo e, em seu nome, será exercido por meio de seus representantes, digo que os senhores são nossos representantes e têm a obrigação de cumprir essa missão. Alguém falou que a Sra. Dolores, representante da Secretaria, não havia mencionado o 0,01%.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra a Sra. Fátima Câmara, do Sindsep.

A SRA. FÁTIMA CÂMARA – Companheiros, quero que tenhamos boas tardes, noites e dias, como estão tendo os Subprefeitos, Secretários, Assessores e Vereadores. Seria

bom se houvesse uma explanação sobre esses aumentos concedidos. É legal prepararem esse documento e entregarem ao sindicato.

Muitos dos funcionários públicos que não fizeram opção pelo PCCS-PCCR ganham 300 e poucos reais. Não quero acreditar que o Governo eleito para administrar esta cidade e a vida profissional dos funcionários públicos não saiba disso. Nego-me a acreditar nisso, porque essa é uma fala do Sindsep em todas as mesas de negociação.

Sra. Dolores, o salário padrão do nível básico para o funcionário federal é de 2.900 reais. Com gratificações, passa para 3.965 reais. É isso que queremos, um salário base que dá para vivermos com dignidade, como manda a Constituição brasileira, para termos direito à saúde, educação, cultura e lazer. Com 440, 500, 600, 700 reais, sinto muito, mas não dá.

Venho fazer uma cobrança aqui também. Nós, funcionários públicos, gostaríamos de saber se o Líder da Câmara, do Governo, está presente.

- Manifestações na galeria.

A SRA. FÁTIMA CÂMARA – S.Exa. não está presente. O Presidente da Câmara está presente?

- Manifestações na galeria.

A SRA. FÁTIMA CÂMARA – Nós, do Sindsep, ficamos aqui por três semanas, conversando com Vereadores. Falamos sobre a importância de chamarmos uma audiência pública. Inclusive, o Vereador Roberto Tripoli ficou de trazer a esta Casa o Sr. Secretário Rubens Chammas. Ficamos muito decepcionados ao saber que os Vereadores eleitos, inclusive por muitos de nós... Cabe-nos lembrar que funcionário público vota. Quem não estiver em dia com sua situação eleitoral, não entra no serviço público.

Nesta Câmara, os legisladores desta cidade têm a mesma responsabilidade ou mais que o Governo com a nossa situação profissional. Digo mais, não há aposentados a partir de 2011. Aos aposentados anteriores a esse ano, o Governo não oferece nenhuma política. É constitucional, está dentro da lei eleitoral a reposição da inflação referente aos anos 2011 e

2012. É com isso que contamos nesta audiência pública. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra o Sr. Cássio Vieira, da Associação dos Auditores.

O SR. CÁSSIO VIEIRA – Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. À Sra. Dolores, representante do Governo, digo que a exposição, por meio de médias, a estatística apresentada aqui é extremamente perigoso. Acho que muitos conhecem aquela história que envolve duas pessoas, e uma delas come uma galinha inteira e a outra passou fome. A média é que cada um comeu meia galinha. É isso que foi apresentado aqui. Por que não foi dito que interfere no cálculo a valorização dos cargos comissionados, do Sr. Prefeito e dos Subprefeitos? Isso não foi dito, mas interfere no resultado do PL 155.

Há outro aspecto extremamente perigoso, quando vemos estatísticas. É quando pegamos como base de avaliação o período de 2005. Nos anos de 2002 e 2003, talvez foi o único período em que houve queda real na arrecadação municipal, havendo uma grande recessão no município. Chegamos, no começo de 2005, com salários lá em baixo. Então, pegarem isso como base de cálculo para comparação é covardia.

Vamos pegar de 2005 para cá. Em 2005, o comprometimento entre receita corrente líquida com despesas com administração direta estava em 38,5%. A arrecadação subiu. O incremento de receitas, no Governo, subiu. Nos últimos anos, há 32% de comprometimento de receitas. Caímos de 39% para 32%. É isso o que se reflete nesse quadro apresentado? Não, isso não foi demonstrado.

O que é desgostoso é vermos uma verdadeira não observância à Constituição Federal. O artigo 37, 10(?) está sendo rasgado há anos no município de São Paulo. Vamos ter oportunidade de falar isso na imprensa. Vamos nos unir e manifestar neste ano eleitoral. Os Vereadores precisam se lembrar disso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra o Sr. Manuel Veríssimo, da FASP.

O SR. MANUEL VERÍSSIMO – Boa tarde a todos. Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Nós, da FASP, Federação das Associações Sindicais e Profissionais, vamos nos alinhar a tudo o que já foi dito aqui. Afinal de contas, já foram apresentados aqui vários motivos, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sra. Dolores, para que esse PL não seja prosperado. Esperamos que ele saia daqui e vá embora e venha para nós algum projeto que nos traga algum benefício. Já apresentamos aqui, juntamente com outras entidades, 15%. Isso é o justo, dentro do que já foi apresentado aqui, frente às questões econômico-financeiras. Já apresentamos isso e estamos aqui fazendo acordo com outras entidades, referente a tudo o que já foi dito.

Nós, servidores, estamos num processo de resiliência, um conceito psicológico emprestado da física, definido como capacidade de o indivíduo lidar com problemas e superar obstáculos, resistindo a pressões e *stress*. Houve choque quando vimos, na Câmara, em plena mesa de negociação, um PL falando sobre 0,01%. Levamos para os nossos associados essas informações. Dizemos que estamos fazendo negociações nas mesas. Há dez anos vemos esse 0,01%. Então, está na hora de se terminar esse continuísmo; está na hora de revermos essa questão.

Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sr. Secretário de Guarulhos, da minha terra, está na hora de os Vereadores pensarem um pouco mais nos servidores, que trazem para a nossa cidade conforto. Todos somos cidadãos. Como já foi falado, precisamos preservar a nossa cidade. Vamos devolver uma capacidade produtiva e de sustento. Vamos sair do fundo do poço, como já foi falado. Que vergonha que passamos quando vamos ao banco e apresentamos os nossos holerites. Queremos sair de um banco para outro, mas não temos nem coragem de mostrar o nosso salário. Muitas vezes, há pessoas que fazem estágio e ganham mais do que os servidores com nível superior, com todas suas gratificações. Isso está provado. Podem verificar o que estou dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra o Sr. Vlamir Lima,

Secretário Geral do Sindsep.

O SR. VLAMIR LIMA – Servidores municipais, é impossível participarmos de uma audiência pública e ouvirmos, novamente, dados do Governo, quando trabalhadores da Funerária, do Verde e de subprefeituras e hospitais, que estavam em greve. Na ocasião, o Governo disse que estava valorizando os trabalhadores. Houve sete dias de greve, e esses dias foram descontados dos servidores. Até agora o Governo vem e fala que está negociando. No dia 19, não teve coragem de dizer que mandou o projeto de 0,01% no dia 10 de abril, quando exigimos que o Governo recebesse-nos.

É possível mudarmos essa política? Nós, servidores, do Sindsep, dizemos que sim. A Câmara Municipal e o Tribunal de Contas, em 2009, mudou o roteiro dessa política salarial para os servidores desta Casa, da Câmara, e do Tribunal de Contas. Desde 2009, os servidores recebem inflação anual. Em 2010, estão repondo a perda salarial de 2004 a 2008. Então, temos de reafirmar que, com o orçamento que a Prefeitura vem arrecadando, em 2005, gastava-se 38% com o funcionalismo, quase 39%, e, neste ano ou no ano passado, gastou-se 32%. Então, esse Governo tem margem para aplicar uma política social diferente, não dividindo as categorias. Em todos esses anos, apresentaram para trabalhadores que para a autarquia, houve um plano de carreira retroativo a 2009. Só que cortaram as horas extras de todos os trabalhadores. Ninguém pode fazer, porque senão podem pegar retroativo. É possível sim se dar um passo, Srs. Vereadores. Agora, aplicar-se a inflação de 2011 e 2012 seria um grande passo, para mudarmos essa política salarial. Os servidores que estão aqui vão apoiar todos os Vereadores que apoiaram essa política de mudança dessa lei salarial. É para isso que o Sindsep chama todos os Vereadores, para refletirem. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra o Sr. João Gabriel Bonavita, Secretário da Juventude.

O SR. JOÃO GABRIEL BONAVITA – Nesta sala, numa mesa de negociações, uma pessoa deu-me um conselho. Sabem qual foi? Que deveríamos parar de falar de reajuste,

porque a palavra agora é revalorização. Há uma ordem na administração do Governo. Está proibido falar de reajuste, mas viemos aqui falar outra coisa. Queremos reajustes agora. Estou muito triste porque há aqui pouquíssimos Vereadores nessa mesa. São 55 Vereadores. Onde estão os 50 Vereadores? Onde está o comprometimento? Felizmente, recebemos aqui duas representantes do Governo, que são funcionárias. Mas onde está o Governo? Ele não vem para cá porque não tem coragem de dar uma resposta na nossa cara, mas tudo bem.

Não vou nem massacrar a coitada da Sra. Dolores. Venho aqui para cobrar uma postura dos Srs. Vereadores, mesmo daqueles que não estão aqui presentes hoje. Quando houver a segunda votação desse PL e quando o substitutivo for apresentado, quero saber quem será o Vereador que terá dignidade de votar a favor, mesmo sabendo que o Sr. Prefeito tem prerrogativa para vetar a matéria. Transferem para o Executivo a responsabilidade que é de todos nós. É isso o que os Vereadores precisam fazer nesse momento.

Deixo aqui uma mensagem para o Sr. Rubens Chammas. Cobramos de S.Exa. a gratificação de atividade, igualzinho ao GDA, que nem todos estão recebendo, deixando os aposentados sem receberem. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra a Sra. Sueli Farah(?), dos servidores, do Sindsep.

A SRA. SUELI FARAH – Boa tarde, colegas. Represento a categoria dos servidores públicos admitidos. Peço que leiam aquela faixa ali: “Servidores admitidos - Não à discriminação - Valorização salarial agora”. Estamos aqui fazer um pedido pateticamente. Eu estou muito constrangida e envergonhada por estar aqui hoje usando esse direito para pedir uma negociação. É um direito. Numa assembleia no Sindsep, houve uma proposta de valorização salarial para os servidores admitidos. Vergonhosamente, foi utilizada aqui, como exemplo, o menor salário pago ao servidor público municipal desta cidade. Estamos pedindo um direito. Se esse famigerado plano, o PA 55 passar, estaríamos recebendo dez vezes menos. A situação em que estamos é dez vezes pior.

Embora o nosso trabalho seja igual em responsabilidade, competência e dedicação, fala aqui uma pessoa com 30 anos de serviços prestados a esta cidade, aposentada, com muito orgulho.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra a Sra. Neusa Aparecida Nonato, do Hospital Infantil Menino Jesus.

A SRA. NEUSA APARECIDA NONATO – Boa tarde a todos. É a primeira vez que venho aqui. Não conhecia a Sra. Dolores. Ficamos reivindicando e nunca conseguimos vê-la, por estar em seu local, ouvindo-nos. Hoje pela manhã, peguei plantão num hospital. Todos foram atrás de mim e perguntaram se viria aqui. Aí um médico e demais funcionários nossos mandaram um recado para a Sra. Dolores, para que tanto ela quanto os Vereadores e o Sr. Prefeito Gilberto Kassab comecem a nos respeitar, servidores públicos. Por quê? Porque vem uma eleição aí. O médico, enfermeiro, auxiliar e outros funcionários pediram para eu levar os nomes dos Vereadores que estão ao nosso favor. A Sra. Dolores está representando o Governo, que nunca aparece. Parece que não gosta de não nos ver, funcionários públicos. Peço que comecem a nos respeitar, os nossos salários. Gratificação não é salário; gratificação é gratificação. Salário é piso salarial. Há colegas que trabalham no Hospital Federal. Vou falar do piso salarial de um auxiliar. Quando o nosso ex-Presidente Lula esteve, lá reviu o salário de todos, inclusive as gratificações. O piso de uma auxiliar de enfermagem é de 2.500 reais. Não temos piso salarial nem salário. Servidores públicos precisam de piso salarial e serem mais respeitados.

No ano que vem, em janeiro, haverá um novo Prefeito. Sra. Dolores, pode falar para o nosso Prefeito, Sr. Gilberto Kassab, que dessa vez aprendemos a votar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra a Sra. Marilza Rosa dos Santos, do Serviço Funerário Municipal.

A SRA. MARILZA ROSA DOS SANTOS – Boa tarde a todos. Estou aqui hoje

representando meus companheiros do Serviço Funerário de São Paulo, onde tenho muito orgulho de trabalhar. Estamos muito sucateados, sofrendo muito, porque as nossas reivindicações não foram atendidas. Esse GDA não contempla a todos. Então, peço sensibilidade dos Vereadores, para derrubarem essa lei injusta do 0,01%, para que possamos resgatar nossos salários. Queremos, pelo menos, um piso de três salários mínimos, para termos dignidade. Perdemos mais quatro companheiros. Dois se enfartaram. Inclusive, um que estava na luta comigo, o Sr. Jaime, está em presença espiritual, lutando conosco. Outros companheiros estão doentes, devido à injustiça dessa lei. Então, peço a sensibilidade dos Vereadores. A Vereadora Sandra Tadeu está a par do que está acontecendo conosco. Fomos punidos com muita injustiça. Peço que tenham sensibilidade não só com o Serviço Funerário, mas com todos que estão presentes hoje. Todos merecem.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra a Sra. Márcia Feroni de Monteiro.

A SRA. MÁRCIA FERONI DE MONTEIRO – Sou funcionária há 32 anos na Prefeitura, aposentada; e voltei a trabalhar. Manifesto aqui a indignação de todos os funcionários públicos da Prefeitura, indistintamente. Este Governo fatiou-nos igual a um bolo, fatiando a Educação de um lado, Saúde do outro e a GCM de outro, dando diferença salarial, aumento salarial diferente para cada um. Nós somos um corpo único e merecemos respeito. É esse respeito que quero exigir agora, como funcionária e munícipe que sou desta cidade. Quero exigir respeito do Governo e dos Vereadores. Passei aqui, por dois meses, nos anos passado e retrasado, acompanhando a votação do aumento de 0,01%. Falei com todos os Vereadores. Conversei com todos. Levei meu holerite. Estive presente no fatídico dia da votação, uma vergonha avassaladora.

Sra. Claudete, não acredito que o Sr. Kassab mandou esse 0,01%. São os Vereadores que votam a favor desse projeto. Sabem por quê? Porque estão todos juntos. É o

Sr. Kassab que manda e os Vereadores que apoiam e votam a favor desse projeto. Presenciamos aqui quem votou a favor e contra. Como este ano é eleitoral, com certeza, não vamos nos esquecer novamente, e vamos divulgar isso na mídia, para toda a população de São Paulo saber dessa vergonha. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Registro a presença do Vereador Atilio Francisco.

Tem a palavra o Sr. Anastácio dos Santos, da Subprefeitura de Guaianases.

O SR. ANASTÁCIO DOS SANTOS – Tirando a fala da representante do Governo, muito ruim, que apenas ocupou o tempo que poderíamos ter aproveitado melhor no evento, todas as demais foram boas, pois representam a nossa triste realidade, do sucateamento nos serviços públicos. Para que essa audiência seja produtiva, quero agora que os Vereadores façam uma proposta, de um substitutivo decente. A bola está com V.Exas. Espere que apresentem alguma coisa positiva para o contexto de todos os servidores públicos, tendo em vista que estamos acompanhando, de certos anos para cá, aumento salarial para Subprefeitos, Chefes de Gabinete, Vereadores e funcionários da Câmara e do Tribunal de Contas, além dos Secretários. Se V.Exas. sofrem com a inflação, imaginem como sofremos. Substitutivo agora, já. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra o Sr. Sérgio Antiqueira, do Sindsep.

O SR. SÉRGIO ANTIQUEIRA – Boa tarde, servidoras e servidores, Vereadoras e Vereadores e representantes do Governo, quanto ao projeto de lei 155, quando o Sindsep veio procurar os Vereadores aqui queria uma outra alternativa, porque a nossa reivindicação na mesa é 47,56%. Essa é a perda de 2005 para cá. Pela lei eleitoral, queremos, ao menos, receber o reajuste sobre a inflação de 2011; e esse PL desrespeita a maio de 2011, com 0,01%. Essa é a proposta do Sr. Prefeito Gilberto Kassab e 0,01% para 2012, sem contar que poderíamos pedir, além de reajustes, valorização sim e aumento salarial. Digo isso porque a

receita cresceu de 2005 para cá em 166%. Esse percentual é o crescimento da receita da cidade de São Paulo nos últimos anos.

Desses 166%, tirando Prefeitos, Subprefeitos e Secretários, que chegou a 250% de reajuste, só a educação teve o melhor reajuste, e não chegou a metade do índice de aumento da receita.

E esse aumento da educação justifica-se por redução de serviço. Segundo dados do Censo Escolar 2005-2011, 268 mil crianças, jovens e adultos estão fora da rede municipal de São Paulo. E por que a nossa rede caiu em matrículas do ENEM ao Ensino Médio porque está se conveniando a educação infantil. É para lá que está indo o dinheiro.

Srs. Vereadores, sensibilizem-se porque, neste momento, só os senhores que podem dizer “não” ao PL 155.

Obrigado. (Palmas)

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra o Sr. Ariovaldo Tadeu.

O SR. ARIOVALDO TADEU – Boa tarde a todos. Eu gostaria de chamar atenção, porque o foco está distorcido, o foco é o Sr. Prefeito. Ele tem a maioria na Câmara, que aprova o que ele mandar. Então, temos de mudar o foco, porque esse projeto é do Executivo.

Temos de pensar que esse 0,01% é o responsável pela arrecadação dos 35 bilhões que entram nos cofres públicos, e a Câmara Municipal faz parte dessa fatia, pois uma porcentagem é repassada para a Câmara.

Pergunto aos Srs, Vereadores se o aumento dos funcionários da Câmara é o mesmo que o nosso, pois fazemos parte desse bolo.

Gostaria de perguntar para a Sra. Dolores, que é funcionária da Prefeitura, se ela está contente com o salário dela, já que ela também é funcionária pública como nós.

- Tumulto.

O SR. ARIOVALDO TADEU – Como disse o Sr. Prefeito, que deu 150% aos

Secretários, quando o salário é baixo não atrai funcionários bem qualificados, então cai a qualidade do serviço.

E o IPREM vai quebrar. Fiz uma relação de funcionários ativos e inativos, que é muito grande, então vai quebrar e não teremos aposentadoria.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra a Sra. Juneia Batista, da CUT.

A SRA. JUNEIA BATISTA – Vinte e quatro anos de vergonha que tenho por ser funcionária da Prefeitura de São Paulo. Eu deveria dizer que tenho muito orgulho, mas são 24 anos que passamos madrugadas nesta Casa, até 1h da manhã. Os Srs. Vereadores ficavam nos esperando sair, mas permanecíamos enquanto não votava isso ou aquilo.

Quem tem de virar esse jogo são os Srs. Vereadores. A maioria do Kassab aqui na Casa tem de dizer: Kassab, tem de dar alguma coisa para os servidores da cidade de São Paulo, porque é uma vergonha, nós seguramos esta Cidade nas costas e vemos Diretor de Aprov com 106 propriedades, com anuência desse Prefeito. Não dá mais para aguentar esse tipo de coisa. É uma vergonha!

Em 1995, nós paramos esta Cidade, e o movimento está crescendo de novo, então vamos dar resposta para o Kassab. E não só para o Kassab, mas os candidatos a Prefeito de todos os partidos, todos os Srs. Vereadores. O Vice-líder do Governo está presente nesta audiência, e exigimos o que é nosso, porque não estamos pedindo nada demais, apenas reconhecimento em salário.

Estamos de saco cheio. Estudamos, fazemos pós-graduação, os trabalhadores participam de várias atividades do Sindsep para conseguir três pontinhos. Mas não resolve salário. Então não dá mais. Fingem que faz audiência pública, os Srs. Vereadores fingem que nos escutam. Aliás, quero agradecer pelo menos àqueles que compareceram, mas estamos de saco cheio dessa falta de respeito da Prefeitura.

A bomba está com os Srs. Vereadores, maioria do Kassab, e vamos cobrar a conta dos senhores.

Obrigada. (Palmas)

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Tem a palavra o nobre Vereador Quito Formiga.

O SR. QUITO FORMIGA – Agradeço pela oportunidade e parabenizo os senhores que estão lotando o plenário nesta audiência pública. Na próxima audiência pública, que venham em dobro.

Tenho certeza de que toda a Bancada do PR está com o funcionalismo nesse projeto. Levarei ao conhecimento da Bancada do PR toda a manifestação que foi feita aqui hoje. Só não concordo com o que disseram aqui: que o Prefeito manda em nós, Vereadores. O Sr. Prefeito não manda em Vereador.

Tenho certeza de que os 55 Srs. Vereadores desta Casa estão sensibilizados com esse projeto, e vamos trabalhar para que os senhores sejam beneficiados.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Tem a palavra o nobre Vereador Claudio Fonseca.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Cumprimento o Presidente desta audiência pública, nobre Vereador Arselino Tatto; Srs. Vereadores da Mesa; nobre Vereadora Sandra Tadeu; dirigentes de entidades sindicais presentes; e servidores públicos.

Recebi três ofícios: do Sindsep, da Aprofem e da Federação, todos eles se manifestando em relação a esse PL 155, que estabelece reajuste ou revisão remuneratória para atender ao disposto na Constituição Federal de 0,01%.

É o primeiro ano que isso acontece. As pessoas que me acompanham sabem que jamais votei em reajuste de 0,01% para quem quer que seja. Em todas as oportunidades,

sempre apresentei projetos de lei e substitutivos para que, na pior das hipóteses... (Pausa) A senhora está desinformada.

Estou à disposição para apresentar todas as provas que a senhora desejar, não por medo e nem para copitar ninguém para votar. Porque geralmente as pessoas acreditam que só se vota, porque se pensa em reeleição. No entanto há compromissos, enquanto este ano foi votado o reajustamento de vencimentos dos secretários, houve vereadores aqui que votaram contra, da bancada do PT e este Vereador que está falando votou contrário a concessão de reajuste para os Secretários, para o Prefeito, para o vice Prefeito, porque eu entendia, como continuo entendendo que no momento que se concede reajuste de 200 e poucos por cento para algumas categorias profissionais não pode se voltar às costas ao conjunto dos servidores públicos que não tiveram reajustes. Essa foi minha atitude. O Sindisep apresenta a proposta de conceder reajuste de 7,33% a partir de maio de 2011 e 5% a partir de 2012. Já falei com eles, é este substitutivo que quer que apresente? Nós apresentaremos o substitutivo e pode me acompanhar que vou votar com o funcionalismo público municipal.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Anunciar a presença do Presidente da Casa, Vereador José Police Neto e dos Srs. Vereadores: Claudinho de Souza, Tião Farias.

Com a palavra a Sra. Dolores.

A SRA DOLORES – Foram muitas as questões colocadas, e que algumas até do ponto de vista técnico, não é uma informação, vamos dizer, a mais correta, mas temos os canais próprios para poder esclarecer todas as dúvidas que eventualmente, os grupos tenham. Temos a mesa de negociações, os sindicatos que representam vocês poderão nos procurar para as eventuais dúvidas para as categorias...

-Manifestações no recinto.

A SRA DOLORES – Temos apenas dois minutos para falar, automaticamente não vamos conseguir trazer um retorno para vocês de todas as questões colocadas por vocês. Por essa razão nos colocamos a disposição: governo, áreas técnicas, para fazer os

esclarecimentos que vocês desejam e também na Câmara Municipal de São Paulo. O trabalho fica a disposição de todos, poderão ser consultados e traremos a resposta com presteza. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto) – Agradeço a presença da Dolores, da Helena e da Zilda, representantes de governo, obrigado pela presença. Lamentar a ausência dos Secretários. Agradecer a presença de todas as entidades, todos os funcionários públicos presentes que se comportaram de forma extremamente educada e adequada. Todas as propostas que vieram a mesa, solicito que a assessoria encaminhe uma cópia de todos esses documentos, tanto do Sindisep, da Profem e de outras entidades, para todos os Srs. Vereadores, no sentido de estudarem a possibilidade da elaboração de um substitutivo. Agradeço a presença dos Srs. Vereadores, dizer que normalmente em audiência pública é impossível a presença de todos os vereadores devida outras comissões que funcionam na Casa. Mas farei chegar a todos os 55 vereadores essas propostas dos senhores e também o que foi dito, copia das notas taquigráficas. Há a possibilidade das entidades, elas sabem disso, de requererem, junto as demais comissões onde esse projeto irá tramitar depois da Comissão de Justiça, para realização de outras audiências públicas. Muito obrigado.

Estão encerrados nossos trabalhos.